

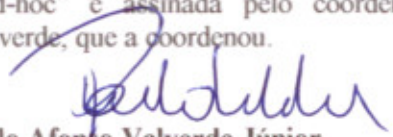
1 ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO E
2 INVESTIMENTO, realizada no dia 11 de abril de 2006-Resende-RJ. Sede da Agevap. Ao décimo primeiro
3 dia do mês de abril de 2006, na sede da Agevap, Resende-RJ, com a presença de treze membros e suplentes
4 da C.T.P. I e treze convidados (conforme relação de presença no final desta Ata), na ausência do Sr. André
5 Pinhel (coordenador da CTPI) a sra. Maria Aparecida iniciou a reunião solicitando os presentes que
6 iniciassem pela eleição do novo coordenador da Câmara Técnica, ocasião em que a mesma apresentou o Sr.
7 Paulo Valverde como candidato a ocupar o cargo. Colocado em votação; o candidato foi eleito. O Sr. Paulo
8 Valverde assumindo a coordenação da Câmara, apresentou aos membros a pauta da reunião que foi: 1.
9 Aprovação da Ata da última reunião; 2. Eleição do novo coordenador; 3. Apresentação das Ações de Gestão;
10 4. Apresentação da pré hierarquização dos projetos inscritos em 2006; 5. Outros Assuntos. Passou a palavra
11 a Sra. Ninon. A Sra. Ninon apresentou aos presentes documentos referentes a um projeto de parceria da
12 Agenda 21 para obter apoio institucional do CEIVAP relativo à gestão integrada do Rio Paraíba do Sul,
13 projeto o qual foi distribuído cópias entre os presentes e deixado um na biblioteca do CEIVAP. O Sr. Paulo
14 Valverde questionou aos presentes se aprovavam o encaminhamento da proposta da Sra. Ninon ao CEIVAP,
15 o que foi aprovado desde que seja encaminhado através de ofício à Secretária executiva do CEIVAP com
16 cópia à coordenadora da Câmara Técnica de Educação Ambiental. Dando continuidade à reunião o Sr. Paulo
17 Valverde colocou para aprovação a ata da ultima reunião da CTPI realizada no dia 01.02.2006. O sr. João
18 Rodrigues solicitou que fosse substituído na ata os termos aprovação por encaminhamento visto que não
19 houve quorum na reunião anterior. Tendo sido realizada as correções solicitadas, a ata foi aprovada.
20 Prosseguindo na ordem da pauta, o Sr. Paulo Valverde deu a palavra ao Sr. Hendrik para apresentação do
21 plano das ações de gestão. O Sr. Hendrik fazendo uso de sua palavra apresentou os documentos que
22 compunham a pasta entregue ao presentes. Foram apresentados primeiramente os ofícios recebidos da CIESP
23 (ambos datados de 05/04/2006, sem número) encaminhados ao Presidente do CEIVAP e a presidente do
24 Conselho de Administração – CA- da AGEVAP os quais foram respondidos através do ofício AGEVAP
25 06/06/CA. Apresentou também duas tabelas relativas à aplicação dos Recursos da Cobrança pelo uso da
26 água repassados à Agevap. Indagado sobre as possíveis dúvidas que as informações das tabelas possam
27 gerar, o Sr. Hendrik explicou que as tabelas foram realizadas utilizando as mesmas tabelas que foram
28 enviadas no ofício recebido da CIESP, sendo apresentado para apreciação da câmara por se tratarem de
29 investimentos. A sra. Maria Aparecida tomou a palavra informando aos presentes que a partir do momento
30 que um conselheiro não se sente atendido por um relatório que está sendo apresentado, cabe a AGEVAP
31 fazer o possível para que os esclarecimentos sejam feitos, a tabela existe apenas para atender a demanda de
32 um membro do CEIVAP mas o documento oficial relativo aos investimentos está no site. A Srª. Marilene
33 Ramos (SERLA-RJ), Fátima Casarin e o Sr. João Rodrigues reiteraram o posicionamento de que o
34 documento deixava margem à possíveis más interpretações. O Sr. Hendrik deu continuidade, a apresentação
35 do material disponibilizado, mostrando o plano de trabalho da COPPE (o qual solicitou que os membros
36 lessem por ser fundamental para o processo CEIVAP x AGEVAP), o manual de investimento, o programa de
37 ações de gestão e as inscrições dos projetos de ações de planejamento e estrutural. Feita a apresentação do
38 material, começou por apresentar o programa de ações de gestão lembrando que neste ano não houve
39 inscrição para ações de gestão, O CEIVAP aprovou que a AGEVAP apresentasse programa e termos de
40 referência para que então fosse aprovado e houvesse o processo de seleção de pessoal. O Sr. Hendrik
41 informou que a CT deverá definir, na presente reunião, os percentuais a serem repassados a cada uma das
42 ações citadas pois houve no orçamento do exercício de 2006 a junção numa mesma conta orçamentária dos
43 valores a serem destinado às ações de gestão, planejamento e obras, somando um total de R\$9.300.000,00.
44 O Sr. Hendrik continuou informando que a proposta da AGEVAP é distribuir os valores da seguinte forma:
45 para ações de gestão R\$ 670.000 (cerca de 7,2%), para planejamento R\$1.860.000 (20%) e para as ações
46 estruturais R\$6.770.000, perfazendo um total de R\$9.300.000. A Sra. Fátima Casarin questionou o porquê
47 desse valor destinado a ações de gestão (R\$670.000). O Sr. Hendrik explicou que o valor informado é o
48 colocado para atender ao programa de ações de gestão elaborado pela AGEVAP, que seria destinado a
49 realização de atividades distribuídas em quatro diferentes setores: setor I - visita de estudos na França
50 (R\$60.000,00), setor II - Capacitação em gestão de Bacias (R\$100.000,00), setor III –
51 Comunicação/Publicações (R\$60.000) e o setor IV – Projeto Integrado de Educação Ambiental
52 (R\$400.000,00). Acerca do programa de estudos na França, O Sr. Hendrik explicou que foi aprovado no
53 Conselho de Administração da AGEVAP a ida de 3 (três) técnicos para estudar o arcabouço institucional
54 legal, fluxo financeiro e trazer esse conhecimento para a gestão da bacia; esse programa ainda estará sendo
55 discutido novamente no Conselho de Administração mas, uma vez que haverá um custo fixo de tradutor e
56 deslocamento sugeriu-se abrir essa visita aos membros do CEIVAP, para tanto, o projeto foi incluído e
57 apresentado em 3 propostas diferentes que caberia aos membros definirem a melhor, sendo que uma das
58 propostas é que os membros do CEIVAP custeiem seus próprios gastos. Quanto à capacitação em gestão o

59 Sr. Hendrik Mansur informou que esta é uma necessidade que se tem identificado no sentido de formar os
60 membros e as pessoas que estão participando nesse processo CEIVAP x AGEVAP. Referente ao setor 3 o
61 mesmo é relativo a um modelo que já existe em outras bacias que tem como objetivo realizar eventos e
62 publicações para divulgar a gestão. E o último projeto, seria o referente a educação ambiental que seria o
63 futuro projeto consolidado de ed. Ambiental do CEIVAP que é a continuação da campanha de
64 conscientização, que teria um recurso (R\$400.000) hierarquizado no presente mas com o objetivo de garantir
65 o funcionamento no início do ano que vem, quando não há repasse de recursos da ANA para a AGEVAP.
66 Questionado pelo Sr. Paulo Barcelos se os valores que foram distribuídos entre as diversas ações já estavam
67 definidos ou seriam propostas da AGEVAP, o Sr. Hendrik confirmou ser proposta. A Sra. Maria Aparecida,
68 fazendo uso da palavra, sugeriu aos membros que antes que se fosse decidido quanto às ações de gestão se
69 pudesse votar primeiro o quantitativo que seria dividido entre as ações de gestão planejamento e obras. O
70 coordenador da Câmara solicitou aos membros colocar primeiro em votação o sugerido pela Sra. Maria
71 Aparecida, o que foi concordado. A Sra. Andréa solicitou que o percentual em ações de gestão ficasse em
72 5%. O Sr. João Rodrigues solicitou a quebra do "modus operandi" normal possibilitando colocar um valor
73 maior em ações estruturais. A Sra. Maria Aparecida arguiu ser preocupante ser diminuído muito as ações de
74 gestão pelo fato de impossibilitar as prefeituras pequenas de poderem captar recursos para projetos, por não
75 disporem de recursos para planejá-los. A sra. Marilene solicitou que não fosse diminuído muito os valores
76 em ações de gestão para não inviabilizar o desenvolvimento do sistema de gestão participativa dos recursos
77 hídricos. A sra. Ninon comentou que deveriam resgatar programas como o "curso d'água" por serem de
78 qualidade referenciada e de acordo com as necessidades do CEIVAP. A Sra. Andréa fazendo uso da palavra
79 solicitou que se fosse distribuído os valores da seguinte forma: 3,4% para gestão (sabendo que seriam
80 colocados mais 2% dos valores destinados a ações estruturais para ser aplicado em educação ambiental),
81 17% para planejamento e 79,6% para estruturais. A Sra. Fátima Casarim, fazendo uso da palavra, informou
82 que os valores de 2% relativos ao percentual que as ações estruturais devem reverter para educação
83 ambiental não poderia ser levado em consideração haja vista que a educação ambiental que era realizada não
84 servia para a melhoria de toda a bacia e sim para a região específica onde a ação estrutural estava sendo
85 realizada e propôs que mantivessem os 7,2% percentuais em ações de gestão. O Sr. João Rodrigues solicitou
86 a retirada da proposta anterior (de colocar um percentual maior em ações estruturais) apoiando a proposta da
87 Sra. Andréa Francomano. A Sra. Ninon fazendo uso da palavra solicitou a Câmara observar o que as ações
88 estruturais estão beneficiando a bacia. Continuou solicitando um fortalecimento da AGEVAP no sentido de
89 diminuir as ações estruturais e aumentar as ações de gestão, pois os municípios podem conseguir outros
90 meios de obter recursos para seus projetos estruturais. A Sra. Maria Aparecida fez uso da palavra
91 informando que a experiência atual servirá para que se possa ingressar em novos processos mas, no entanto,
92 existe um manual de investimento que já definiu como seria realizada a aplicação de recursos, e solicitou
93 manter a proposta da AGEVAP. A sra. Marilene Ramos fez uma proposta intermediária de fixar o valor de
94 60% no total (R\$7.200.000,00), R\$475.000,00 (5% dos R\$9.300.000,00) em ações de gestão, e
95 R\$1.635.000,00 em planejamento. O Sr. Renine fazendo uso da palavra informou que devido a interesses
96 políticos alguns municípios tem sua capacidade de receber recursos dificultada e, nesse sentido, as propostas
97 que se referem a diminuição dos valores em ações estruturais incidiria em prejudicar o apoio dos prefeitos na
98 captação da água pois prejudicaria a visibilidade das ações políticas, sendo necessário que o CEIVAP se
99 imponha perante o governo federal. O Sr. Flávio fez uso da palavra informando que concorda com o
100 posicionamento do Sr. Renine, e a ideia sua e da AGEVAP é buscar junto ao ministério o reconhecimento do
101 sistema CEIVAP x AGEVAP, buscar também um apoio de cooperação em que os projetos hierarquizados
102 não atendidos com o recurso da cobrança possam ser encaminhados aos ministério para que se haja uma
103 prioridade no atendimento deles. A Sra. Ninon (confirmar) solicitou o encaminhamento de um grupo que
104 possa agir na interlocução com os ministérios para criação de programas voltados para a bacia do Rio
105 Paraíba do Sul. As Sras. Andréa e Marilene resolveram retirar sua proposta. O Sr. Renine fez uso da palavra
106 solicitando a incorporação da proposta da Sra. Andréa. O Sr. Paulo Valverde leu as propostas que restaram
107 que foram a proposta 1, do Sr. Renine e a proposta 2 da Sra. Aparecida que é de manter os percentuais
108 propostos pela AGEVAP. **As duas propostas foram colocadas em votação sendo escolhida a proposta**
109 **no. 1 com 8 (oito) votos: (3,4% para ações de gestão, 17% para planejamento e 79,6% para**
110 **estruturais).** O Sr. Hendrik Mansur fazendo uso da palavra solicitou a revisão da proposta de ações de
111 gestão da AGEVAP uma vez que houve modificação nos valores a serem destinados a essa atividade,
112 solicitação a qual foi aceita pelos membros da câmara. O Sr. Paulo Valverde questionou a câmara técnica se
113 havia algum interessado em ser o secretário da câmara técnica, não havendo manifestação entre os presentes.
114 A Sra. Marilene Ramos fez uso da palavra informando aos presentes que foi iniciada a construção de uma
115 ETE em Nova Friburgo, informou também da existência de um projeto situado nas ações de planejamento
116 que irá contemplar a região do alto do rio Preto. Continuou esclarecendo que existe a possibilidade de um

2
Witer

117 convênio entre a SERLA e a AGEVAP em que se destinará recursos da SERLA para a AGEVAP aplicar em
118 ações de gestão na bacia do rio Paraíba do Sul. A Sra. Marilene Ramos mostrou aos membros o plano de
119 investimento da SERLA do ano de 2004, ressaltando que houve um saldo de R\$133.386,50 a programar,
120 lembrando que no referido ano não havia sido aprovado o valor de 15% referente à transposição. Explicou
121 que para o ano 2006 houve um entendimento que devido os projetos de Volta Redonda e Barra Mansa já
122 terem sido aprovados, e considerando que os valores da CSN relativos a cobrança que estão em juízo seriam
123 liberados, os recursos da SERLA seriam destinados ao projetos de biodigestores de Petrópolis. Referente aos
124 valores a serem repassados, a Srª Marilene Ramos esclareceu que a SERLA repassaria 7,5% do arrecadado
125 para a AGEVAP. Questionada pela Sra. Fátima Casarin se o plano de investimento apresentado era proposta
126 ou definição, a Sra. Marilene Ramos respondeu que em face da lei estadual decidiu-se que o plano de
127 investimento do estado do Rio de Janeiro, seria aprovado em âmbito do CEIVAP para que fosse repassado
128 para o conselho Estadual sancionar. A Sra. Ninon ressaltou que a referida lei estadual está sendo apreciada
129 pelo supremo tribunal e que pode ter seu efeito suspenso, sendo assim, o tratamento da mesma deveria ser
130 como um caso excepcional. A Sra. Marilene Ramos ressaltou que mesmo que posteriormente a lei venha ser
131 suspensa, a proposta apresentada diz respeito apenas aos recursos arrecadados no estado do Rio de Janeiro, e
132 que caso não seja apreciada na reunião da câmara técnica (para que então possa ser encaminhada a plenária)
133 deveriam realizar uma nova reunião para que seja discutido o assunto pois existe urgência na aplicação do
134 recurso. O Sr. Paulo Valverde solicitou que fosse feito uma nova reunião para a discussão do fato, que
135 deverá ser marcada o quanto antes haja vista que estamos em ano eleitoral podendo ocasionar atrasos no
136 início dos projetos (haja vista a lei eleitoral). A Sra. Maria Aparecida informou que por mais que possa haver
137 problemas no plano de investimento apresentado pela SERLA, os membros do câmara técnica deveriam dar
138 um passo a frente no sentido de respeitar da decisão em como aplicar os valores arrecadados, para que os
139 recursos não fiquem parados. Relativo aos valores destinados a AGEVAP, A Sra. Maria Aparecida
140 informou que o convênio é uma forma de dar apoio ao comitê não havendo responsabilidade da AGEVAP
141 em fiscalizar a aplicação dos recursos da SERLA. O Sr. Hendrik ressaltou que só teve conhecimento acerca
142 da proposta da SERLA na presente reunião. O sr. Paulo Valverde propôs a realização de um grupo de
143 trabalho para que seja deliberado a respeito do plano de investimento estadual para a partir de então, ser
144 encaminhado para apreciação do CEIVAP, realizando, na oportunidade do GT uma minuta para melhor
145 redação da planilha do plano de investimento. O Sr. Paulo Valverde colocou sua proposta em votação, que
146 foi aprovada pelos membros da CT. Passando a discussão a respeito da hierarquização, O Sr. Paulo
147 Valverde sugeriu aos membros uma revisão do manual de investimento para suprir as possíveis deficiências
148 existentes, com, inclusive, sugestões a respeito de mudanças nos critérios para a execução da hierarquização.
149 O Sr Paulo Valverde apresentou aos presentes o recebimento de duas procurações uma da associação
150 comercial e industrial de Muriaé indicando a Lucia Helena como representante, portanto com direito a voto,
151 apresentou também procuração de próprio punho do Sr. João Rodrigues da Kaiser que precisou se ausentar
152 da reunião na parte da tarde indicando como seu substituto a Sra. Andréa Francomano Bevilacqua. A Sra.
153 Andréa fez uso da palavra solicitando a realização primeiro da apresentação da Agevap para então ser
154 exposto os resultados do pré-hierarquizado proposição a qual o Sr. Paulo Valverde concordou. O Sr. Flávio
155 informou que a pré-hierarquização (Anexa) foi realizada tendo como referência o manual de investimento e
156 apresentou a Sra. Ana Kling que foi a consultora responsável em realizar a pré-hierarquização. A Srª. Ana
157 Kling apresentou como foi elaborada a pré-hirarquização mostrando a conclusão do seu trabalho que é a
158 planilha dos habilitados hierarquizados, disponibilizou também aos membros do conselho as memórias de
159 cálculo das planilhas utilizadas para chegar ao resultado divulgado. O Sr. Hendrik lembrou aos membros que
160 já existe a previsão de repasse de R\$800.000,00 para Guaratinguetá que devem ser analisados na
161 hierarquização. Continuando o Sr. Hendrik disse que historicamente Carangola e Guaratinguetá tinham seus
162 projetos aprovados e devido a criação do PRODES resolveram abrir mão de receber os recursos desde que
163 seus projetos fossem hierarquizados na AGEVAP, sendo essa a justificativa do projeto de Guaratinguetá
164 permanecer na lista de hierarquização. O Sr. Flavio Teixeira (FAENQUIL) solicitou aos membros que
165 futuramente pudessem definir novos critérios que atendessem diferentes projetos, como da instituição que ele
166 representa que é relativo ao índice de toxicidade na águas da bacia. O Sr. Flavio Simões notificou um erro na
167 pré-hirarquização, na planilha dos inabilitados (anexo II) deveria ser retirado a Prefeitura de Piquete e
168 colocado a mesma na planilha dos projetos habilitados (divisão estruturais) com a pontuação de 5 pontos,
169 ficando em 17º. lugar na referida divisão. O Sr. Paulo Valverde solicitou aos membros que as sugestões e
170 dúvidas relativas a pré-hierarquização fossem colocadas. A Srª. Marilene solicitou aos membros que
171 levassem em consideração as dificuldades existentes no estado do Rio em realizar projetos para a região. A
172 Srª. Andréa Francomano fez um encaminhamento de que diante do que está sendo proposto fossem
173 realizadas as seguintes execuções: 1º Considerar o trabalho técnico da AGEVAP, com pontuações atribuídas;
174 2º - Para mesma pontuação considerar o de menor custo, 3º considerar máximo de 2 projetos por cidade por

categoria; 4º Saldo para último projeto que seja possível com o capital restante, sendo diante do exposto, atendido o que se segue: Ações Estruturais – R\$7.402.800,00; 60% Esgoto ETE estruturais – 4.441.680,00 (menos 800.000 – guará (Guaratinguetá), 25% Esgoto coletores – 1.850.70,00, 15% Estruturais outros – R\$1.110.000,00; Ações de Planejamento – R\$1.581.000, 60% planejamento esgoto – R\$900.00,00, 40% Planejamento; Outros – R\$600.000,00. O Sr. Renine perguntou ao Sr. Hendrik se todos os projetos que solicitavam rede coletora de esgoto tinham ETE, incidindo em obras que não repercutiriam em efeito positivo para a bacia. A Srª. Ana Kling informou que este item não foi levado em consideração pois não consta no manual de investimento, mas fica ao cargo da Câmara Técnica decidir levá-lo em consideração ou não. O Sr. Paulo Valverde informou que devido ao fato do item não constar o mesmo deverá ser abordado somente na próxima hierarquização. A Srª Marilene Ramos solicitou que, do proposto pela Andréa, fosse tomado como critério de desempate os projetos que foram elaborados com recursos da cobrança e, ainda, que nas propostas estruturais fossem desconsiderados os quadros e seguido as pontuações gerais; relativo às ações de planejamento concordaria com a da Andréa. Quanto às ações estruturais - rede coletora, a Srª Andréa solicitou que fossem atendidas as que tenham ETE concluída. O Sr. Davi Lino solicitou à câmara que realizasse um seminário técnico quando na época de realizar o novo manual, feito isso, fosse realizado um novo seminário para as pessoas que desejam obter os recursos. Continuando o Sr. Davi Lino propôs levar em consideração as propostas da Andréa e da Marilene, ou seja, os classificados com redes coletoras devem ter ETE. O Sr. Paulo Valverde deu um recesso para que os membros pudessem discutir entre si uma proposta de hierarquização conjunta. Retornado do recesso a Srª. Andréa agradeceu todo o trabalho feito pela AGEVAP e apresentou a hierarquização decidida em conjunto pelos presentes na câmara: Ações Estruturais – R\$ 7.402.800,00 – distribuídas da seguinte forma: 65% Esgoto ETE estruturais (R\$ 4.291.820,00), atendendo 1º. PM Rodeiro ETE (65.600,00); 2º. Damsur ETE (97.641,10); 3º. SAAE BM ETE Ano Bom (3.298.231,32); 4º. SAAE Aparecida ETE (179.776,00); 5º. SAAE VR ETE Pq. das Garças (607.536,60). 20% Esgoto coletores (R\$ 1.320.560 + 43.000,00 que sobrou de ETE estrutural) atendendo do 1º ao 5º projeto da lista de pré-hierarquização, desde que comprovadamente leve a uma ETE. 15% Estruturais outros (R\$ 990.420,00) atendendo do 1º ao 8º projeto da lista de pré-hierarquização. Ações de Planejamento – 1.581.000,00 – distribuídas em: 60% planejamento esgoto (948.600,00) do 1º ao 8º projeto da lista de pré-hierarquização. 40% Planejamento outros (632.400,00) atendendo do 1º ao 3º projeto da lista de pré-hierarquização. O Sr. Paulo Valverde colocou a proposta conjunta apresentada pela Sra. Andréa em votação, que foi aprovada. A Srª. Andréa lembrou que deveria ser pré-definida uma hierarquização para o caso do repasse dos valores da CSN que estão em juízo. O Sr. Hendrik Mansur informou aos membros da Câmara que o valor de 12.000.000, é orçamentário, ou seja, o que está hierarquizado não tem garantia do recurso financeiro, também salientou que a destinação dos recursos será distribuída na ordem da hierarquização definida e de acordo com os percentuais estabelecidos. Lembrou que em cada projeto incidirá 2,2% relativos ao custo da Caixa Econômica Federal e 0,08% para o acompanhamento da AGEVAP. O Sr. Paulo Valverde fez uso da palavra solicitando que os membros presentes deixassem definido de antemão quais projetos seriam atendidos no caso de insucesso na contratação dos hierarquizados. Foi proposto que dentro de cada ação os itens fossem atendidos de acordo com o número de ordem constante na pré-hierarquização, sendo que, no caso das Ações estruturais ETE, os valores remanescentes seriam investidos seguindo a seguinte ordem: 1º SAAEVR – Três poços - R\$ 932.927,65; 2º SAAEBM – S. Genaro – R\$ 507.186,08; 3º SAAEVR – Verde Vale – R\$501.346,54; 4º SAAEBM – Sta. Rita - 362.787,52. O Sr. Paulo Valverde colocou a discussão a proposta, que foi aprovada pelos presentes. Nada mais tendo a ser discutido, o Sr. Paulo Valverde agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião, tendo a presente Ata sido lavrada por mim, Alvaro Sérgio de Souza Júnior, secretário “ad-hoc” e assinada pelo coordenador da Câmara Técnica de Planejamento e Investimento, Sr. Paulo Valverde, que a coordenou.


Paulo Afonso Valverde Júnior
CT de Planejamento e Investimento

Resende 03 de maio de 2006.

LISTA DOS PRESENTES:

Paulo Barcelos (SMA – SP), José Bosco F. Castro (SABESP-SP), Renan Caratti Alves (SAAE-SP), João Carlos Rodrigues* (CIESP-SP), Iria Fernandes Vendrame (ITA-SP), Davi Monteiro Lino (ABES-SP), Renine César de Oliveira (SAAE-RJ), Fátima de Lourdes Casarin (BNG2), Ninon Machado (Instituto

233 Ipanema – RJ), Lucia Helena Francisco Baldanza (PM Muriaé-MG) representando por procuração também
234 o Sr. Felício Brum Lugão (Ass. Com. Muriaé), Paulo Valverde (CESAMA-MG) e Maria Aparecida Vargas
235 (CFLCL-MG).

236
237 LISTA DOS CONVIDADOS

238
239 Marilene Ramos (SERLA-RJ), Paulo Casser (Águas do Paraíba), Flávio Teixeira (FAENQUIL), André
240 Lermontou (Águas do Imperador), Andréa Francomano Bevilacqua (Ass. dos adv. De S. José dos Campos),
241 Valdo Prado (PM Piquete), Luiz Carlos Rocha (PM Volta Redonda), Marcelo Vieira (PM Volta Redonda),
242 Edilson Andrade (DAAE/CBH-PS) Isabel Silva (SAAE-VR), Ana Cláudia Zamboti (Coordema – PMVR),
243 Sergio Silva (SAAE-VR), Miguel Ângelo (CIRAB).

244
245 *O membro em questão foi representado na parte da tarde pela Sra. André Francomano Bevilacqua a qual
246 recebeu procuração redigida a próprio punho no momento da reunião.